

São Paulo

Sócios de empresa condenada ganham contrato da Prefeitura

HospLog prestará serviço a hospital por R\$ 9,5 milhões; sentença imposta a outra firma do grupo não é definitiva, dizem empresários

GUSTAVO CORTES

A Prefeitura de São Paulo vai deixar a gestão logística do Hospital do Servidor Público Municipal com uma empresa cujos sócios são os mesmos de uma companhia condenada por improbidade administrativa. A condenação, em segunda instância da Justiça paulista, é de 2020. Além disso, a empresa teve parte de suas receitas bloqueada dois anos antes, em uma ação no Rio. O contrato com a HospLog foi fechado sem licitação – por ter caráter emergencial – e custará aos cofres públicos R\$ 9,5 milhões.

A Secretaria de Saúde da capital afirmou que o processo de contratação seguiu a legislação. Os sócios da empresa contratada disseram que aguardam uma decisão final sobre questionamento apresentado contra a condenação imposta há quatro anos (*mais informações nesta página*).

Fundada em 2019, a HospLog tem como sócios Domingos Gonçalves de Oliveira Fonseca e sua filha Mayuli Lurbe

Fonseca. Os dois também são os únicos controladores da Unihealth Logística, a empresa que foi condenada por improbidade administrativa pela 9.ª Câmara de Direito Público da Justiça paulista.

A ação foi movida pelo Ministério Público de São Paulo em razão de um contrato de R\$ 11,8 milhões firmado em 2006 entre a Unihealth e o Instituto Dante Pazzanese, que, na época, era comandado pelo padastro de Mayuli. Para os desembargadores, o vínculo familiar entre os dois, ainda que não sanguíneo, feriu os princípios da moralidade e da impessoalidade na gestão pública. Uma das sanções previstas a partir da condenação é a proibição de a Unihealth fechar contratos com o poder público por um período de cinco anos.

Em recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a empresa conseguiu postergar o início da execução da pena sob o argumento de que uma alteração feita em 2021 na Lei de Improbidade Administrativa – que passou a punir somente casos em que o dolo seja comprovado – deveria ser aplicada retroativamente. Tal hipótese foi rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, em junho de 2023, a Procuradoria-Geral da República se manifestou pela manutenção da pena, que agora depende apenas de

Secretaria afirma que contratação obedeceu a critérios técnicos

A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que a contratação da HospLog ocorreu em caráter emergencial por se tratar de serviço que não pode sofrer interrupções e seguiu todos os critérios técnicos. “Toda a documentação exigida foi apresentada e não foi constatado qualquer impedimento. Caso seja acionada, a secretaria apresenta-

rá todas as informações necessárias”, informou a pasta.

Por meio de assessoria, o Grupo Unihealth disse que a sentença por improbidade não transitou em julgado e que a condenação é passível de reversão. Ainda de acordo com o grupo, a HospLog e a Unihealth “são pessoas jurídicas distintas, constituídas por gestão estratégica de ampliação e organização das suas operações nas instâncias pública e privada, sob parecer de juristas especializados na área societária”. ● *etc.*

sentença do relator do caso no STJ, ministro Mauro Campbell, para ser aplicada.

BLOQUEIO. A HospLog e a Unihealth pertencem ao mesmo grupo empresarial, fornecem os mesmos serviços, têm quadro societário idêntico e dividem o mesmo endereço comercial, em Barueri, na região metropolitana de São Paulo.

A HospLog foi criada um ano depois de a Unihealth sofrer bloqueio parcial de contas e bens por determinação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O Ministério Público fez a solicitação em 2018 depois que a Secretaria de Saúde do Estado sofreu um prejuízo de R\$ 173 milhões por causa do

vencimento de 300 toneladas de remédios entre 2009 e 2015. A Central Geral de Abastecimento, onde os medicamentos eram estocados, era administrada por consórcio do qual a Unihealth fazia parte.

Justiça

Do mesmo grupo da HospLog, Unihealth Logística foi condenada em 2020 por improbidade

Logo após a decisão da Justiça fluminense, o comando da Unihealth repassou para a nova empresa licenças necessárias para participar de licitações públicas. Assim, a Hos-

pLog se tornou responsável por todos os contratos públicos fechados anteriormente pela Unihealth, garantindo que o dinheiro pago pelos serviços prestados fosse destinado à companhia recém-criada.

CERTAME. A contratação da HospLog pelo Hospital do Servidor Público Municipal foi feita em caráter emergencial e, por isso, sem licitação. Em vez disso, empresas convidadas fizeram propostas. Para justificar a situação emergencial, a autarquia citou a abertura de 18 processos administrativos por falhas contra a Human Concierge, atual gestora logística do hospital, que levaram à decisão de interromper o contrato em maio. Com isso, não haveria tempo hábil para fazer novo certame sem prejudicar o hospital. A HospLog assumirá a gestão do hospital no próximo mês. O contrato tem validade de 12 meses.

A Human Concierge protocolou representação ao Tribunal de Contas do Município contra a contratação e acusa a autarquia de “fabricar um cenário de emergência” para favorecer a HospLog, que havia ficado em segundo lugar na última licitação para este contrato. A empresa apresentou planilha na qual mostra que fiscais do contrato nunca deram aprovação inferior a 95% à execução de seus serviços.

Outra empresa que concorreu na disputa para assumir a operação logística do hospital pediu ao TCM a suspensão da contratação e afirmou que a HospLog enviou novas propostas com preços mais baixos que os inicialmente ofertados depois do prazo permitido. ●

MP investiga influência de facção em licitação do Metrô de São Paulo

PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

Em meio às investigações sobre a infiltração de uma quadrilha ligada ao PCC em prefeituras e Câmaras Municipais do interior e da Grande São Paulo para assumir contratos de limpeza e serviços que superam R\$ 200 milhões, o Ministério Público observou que a influência da facção pode ter alcançado até um pregão do Metrô no valor de R\$ 14,1 milhões.

Em nota, o Metrô afirmou que “o referido contrato foi encerrado no ano passado”. Informou ainda que a licitação para a contratação foi aberta em 2019, e que a empresa vencedora apresentou garantias e documentos exigidos no edital. A companhia afirmou não

ter sido notificada sobre as investigações.

A pista surgiu a partir do rastreamento de conversas armazenadas no celular do pagodeiro Wagner Borges Dias, o “Latrell Brito”, apontado como o “cabeça” do esquema do PCC em órgãos públicos.

Os diálogos foram recuperados pelos promotores da Operação Mudrita, força-tarefa do MP que ontem denunciou à Justiça quatro vereadores e três servidores públicos por organização criminosa (*mais informações nesta página*).

Os promotores apontam que “irmãos” da facção cobram energeticamente o pagamento do PCC, inclusive com ameaças, por uma “beirada” no certame de R\$ 14 milhões do Metrô que ele venceu em 2020. A resolução do conflito

só veio quando ele foi levado ao chamado tribunal do crime do PCC, cuja “sentença” pode ser a morte.

“A atuação do PCC sobre a briga interna de seus membros na intervenção do contrato do Metrô de São Paulo é assombrosa demonstração de poder do ‘Partido’ e da periculosidade dos agentes”, assinala a Promotoria.

A empresa de “Latrell Brito” foi vencedora de um pregão que tinha como objeto a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação nos edifícios administrativos, pátios, oficinas, canteiros e demais áreas do Metrô. O MP destaca que, das empresas que deram lances no pregão, uma se desconectou em pleno procedimento, restando apenas a de “Latrell” e uma outra, posteriormente declarada inabilitada.

Asuposta fraude no certame, no entanto, na avaliação da Promotoria, é “dinâmica criminosa que reporta à participação dos denunciados no PCC”. ●

Quatro vereadores são alvo de acusação formal

O Ministério Público de São Paulo denunciou ontem à Justiça quatro vereadores e três servidores públicos acusados de fraudes de mais de R\$ 200 milhões em licitações de prefeituras e Câmaras Municipais, sob influência do Primeiro Comando da Capital (PCC). A Promotoria atribui ao grupo participação em organização criminosa, com agravante de concurso de funcionário público e “abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo”.

Foram denunciados como integrantes do núcleo de “agentes públicos” do esquema os vereadores Flávio Batista de Souza (Podemos), de Ferraz de Vasconcelos; Gabriel dos Santos (PSD), de Arujá; Luiz Carlos Alves Dias (MDB), de Santa Isabel; e Ricardo Queixão (PSD), de Cubatão.

Além das condenações, o MP pede que a Justiça impo-

nha aos denunciados o pagamento de indenização por danos morais, em razão do “rebaixamento da qualidade de vida da coletividade com a frustração do caráter competitivo em licitações e a interlocução gravíssima do PCC nos contratos da administração pública”.

Os promotores requereram à Justiça a conversão das prisões temporárias dos vereadores em preventivas. De acordo com a denúncia, a influência da quadrilha em gestões municipais “ilustra o nível de adesão ilícita de servidores e secretários aos interesses” do grupo. A denúncia cita ainda menções de pagamentos de propina a agentes públicos em troca do benefício das empresas do grupo criminoso.

Procuradas, as defesas dos denunciados não haviam se manifestado até a noite de ontem. ● *P.D.E.F.M.*